

# POLÍTICAS LINGUÍSTICAS SOBRE A LIBRAS: AS CRENÇAS DOS ESTUDANTES DE LETRAS

## LANGUAGE POLICY ON LIBRAS: BELIEFS OF LETTERS STUDENTS

Socorro Cláudia Tavares de Sousa<sup>\*</sup>, Lília dos Anjos Afonso<sup>\*\*</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar os efeitos da disciplina de Libras nas crenças dos estudantes de Letras sobre essa língua. Para atingirmos esse objetivo, utilizamos a noção de política linguística de Spolsky (2004, 2007, 2009, 2012) e elaboramos um instrumento de coleta de dados constituído por questões objetivas. Para a análise dos dados, utilizamos o *software SPSS*. Os resultados deste trabalho indicam que as crenças do senso comum dos discentes sobre a Libras são relativamente baixas e que a disciplina de Libras teve um efeito positivo na desconstrução de cinco das sete crenças investigadas.

**Palavras-chave:** política linguística; crenças; Libras.

### ABSTRACT

*This research aims to investigate the effects of the discipline of Libras in the beliefs of students of Letters about this language. In order to achieve this goal, we use the notion of language policy from Spolsky (2004, 2007, 2009, 2012) and we designed an instrument to collect data composed of objective questions. For data analysis, we used the SPSS software. The results indicate that the beliefs of common sense of the students about Libras are relatively low and the discipline of Libras had a positive effect on deconstruction of five of the seven investigated beliefs.*

**Keywords:** language policy; beliefs; Libras.

<sup>\*</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

<sup>\*\*</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O estudo da política e planejamento linguístico relacionado à língua de sinais tem se constituído em um tópico de interesse internacional nos últimos anos. Sem a pretensão de sermos exaustivas, é possível citar os trabalhos de Batterbury (2012), Wilcox, Krausneker e Armstrong (2012), Reagan (2006, 2010), Branson e Miller (2008), Reagan, Penn e Ogilvy (2006), dentre outros. Em geral, as pesquisas relacionadas às políticas linguísticas sobre as línguas de sinais estão associadas à temática dos direitos humanos linguísticos, principalmente se considerarmos que o interesse pelos direitos das minorias dentro da área de Política e Planejamento Linguístico surgiu a partir da década de 1980 (RICENTO, 2000; JERNUDD; NEKVAPIL, 2012). Como se pode observar há, no âmbito internacional, um veio de pesquisas que explora essa temática.

No Brasil, os estudos sobre a língua de sinais brasileira em Linguística começaram a se estabelecer a partir da década de 1980 e estão principalmente centrados na área de aquisição de linguagem (PIZZIO, 2006) e descrição da língua (LEITE, 2008). Especificamente no campo da Política e Planejamento Linguístico, destacamos o trabalho de Paterno (2007) e Quadros (2006), que discutem as políticas linguísticas de Libras no Estado de Santa Catarina; de Paterno (2009), que apresenta uma proposta de planificação linguística para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina; de Rodrigues (2010) e Quadros (2007, 2009), que discutem sobre a relação entre educação de surdos e política linguística; de Quadros e Paterno (2007), que refletem sobre os impactos do Decreto 5.626/2005 para os surdos brasileiros, sugerindo a instauração de um espaço de negociação entre surdos e ouvintes; dentre outros.

Afora o contexto acadêmico, surgiram políticas linguísticas no âmbito nacional que modificaram o *status* da Libras em nosso país, tais como: a) a publicação da Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que confere à Libras a função de se constituir em um “um meio legal de comunicação e expressão”, contudo sem poder substituir a Língua Portuguesa em sua modalidade escrita; b) o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e institui a Libras como disciplina obrigatória no currículo nos cursos de formação de professores, no Ensino Médio e Ensino Superior, no curso de Fonoaudiologia e ainda como disciplina optativa nos demais cursos.

Antes da criação da chamada Lei da Libras, no âmbito estadual e municipal no Nordeste, já observamos algumas políticas linguísticas que reconhecem a Libras, como é o caso da cidade de Maceió - AL que promulgou a Lei nº 6.060 de 15 de setembro de 1998, que inclui a Libras como língua oficial na rede pública de ensino para os surdos e adota outras providências; do Estado de Pernambuco, que publicou a Lei nº 11.686 de 18 de outubro de 1999 reconhecendo oficialmente a Libras como meio de comunicação e também estabelecendo esta língua como oficial na rede pública de ensino para os surdos; da cidade de Fortaleza, que promulgou a Lei nº 13.100 de 12 de janeiro de 2001 reconhecendo a Libras como língua oficial no estado do Ceará, afora outras iniciativas em outras regiões brasileiras (CAVALCANTE, 2010).

Após a promulgação da Lei de Libras, verificamos também outras iniciativas em diferentes localidades do Brasil. No Nordeste, é possível citar a Lei nº 3.380 de 27 de dezembro de 2006 promulgada em Aracaju - SE, que define que, a partir de 2007, o sistema municipal de educação deverá incluir a Libras no currículo escolar. Uma repercussão dessa lei no âmbito nacional é o Projeto de Lei nº 6.706 de 2006 de autoria do senador Cristovam Buarque, que tem como objetivo incluir a disciplina de Libras no currículo oficial desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental, tornando-se optativa a partir da 5ª série (atualmente 6º ano) (CAVALCANTE, 2010).

Considerando a abordagem dada a Libras, tanto no campo acadêmico quanto na sociedade brasileira, a presente pesquisa tem como objetivo investigar os efeitos da disciplina de Libras na

mudança das crenças do senso comum sobre a Libras antes e depois de terem cursado esse componente curricular. Para atingirmos o objetivo proposto, utilizamos a metodologia de pesquisa *survey*. A coleta de dados foi caracterizada como sendo de corte-transversal, pois foi fixada em um dado momento no tempo, em 2014. A amostra dos estudantes de Letras foi não probabilística, sendo estes escolhidos por conveniência (FREITAS et al., 2000). Destacamos que foram selecionados dois grupos de informantes: aqueles que ainda não haviam cursado e aqueles que já haviam cursado a disciplina de Libras, para que pudéssemos vislumbrar as possíveis diferenças de crenças em relação a essa língua. O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário constituído de questões fechadas. Realizamos uma análise quantitativa dos dados utilizando o *software Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).

Para fins de organização retórica, este artigo está dividido em três partes afora as considerações iniciais e finais: na primeira, apresentamos o escopo da área de Política Linguística e Planejamento Linguístico e a noção que fundamenta teoricamente esta pesquisa; na segunda, descrevemos algumas crenças sobre as línguas de sinais; e, na terceira, detalhamos os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta e realizamos a análise dos dados.

## O ESCOPO DA POLÍTICA LINGÜÍSTICA

Para compreendermos o que é política linguística, é necessário distinguirmos o campo de atividade do campo de conhecimento. Como campo de atividade, podemos afirmar que ações que envolvem a escolha de uma língua ou de variedade linguística sempre estiveram presentes na história da humanidade. Para ilustrar essa afirmação, Fishman (2006) nos traz a história do rei Assuero que está presente no livro de Ester (Antigo Testamento). Esse, descontente com a desobediência de sua rainha, deu a conhecer a todo o povo do seu reino, através de um edito real, seu plano para encontrar uma nova esposa: a realização de um concurso de beleza. Para tanto, o rei enviou cartas a cada província de acordo com a escrita de cada comunidade e mandou realizar a leitura de sua proclamação naquelas comunidades que não tinham línguas escritas. O desejo do rei de tornar seu plano conhecido de todos promoveu uma ação política linguística na qual “[...] todas as línguas, escritas ou não escritas, foram consideradas iguais para o recebimento de uma mensagem urgente do rei”<sup>1</sup> (FISHMAN, 2006, p. 2). A decisão real demonstra como as escolhas linguísticas em relação às línguas e variedades estão presentes em nosso dia a dia.

Já a política linguística compreendida como campo científico é mais recente. Johnson e Ricento (2013) destacam que as atividades de pesquisadores em resolver problemas relacionados à gestão da língua nas novas nações descolonizadas, desenvolvendo gramáticas, sistemas de escrita, dicionários para as línguas nativas, teve início na década de 1960. A definição de Haugen, em 1959, é ilustrativa desse momento de criação de uma área do conhecimento em Linguística. Para este autor, o planejamento linguístico (termo utilizado na época) representava “a atividade de preparar uma ortografia normativa, gramática e dicionário para a orientação de escritores e falantes em uma comunidade de fala não homogênea”<sup>2</sup> (HAUGEN, 1959, p. 8 apud JOHNSON; RICENTO, 2013, p. 7). Nesse momento, esse era o escopo da política linguística, mas este foi sendo ampliado, considerando as modificações no cenário macro sociopolítico (e.g. migrações populacionais, glo-

<sup>1</sup> No original: “[...] all languages, written or unwritten, were considered equal for the receipt of an urgent message from the king” (FISHMAN, 2006, p. 2). Todas as traduções deste artigo são de nossa autoria.

<sup>2</sup> No original: “the activity of preparing a normative orthography, grammar, and dictionary for the guidance of writers and speakers in a non-homogeneous speech community” (JOHNSON; RICENTO, 2013, p. 7).

balização...), no paradigma de conhecimento e de pesquisa (e.g.: do Estruturalismo ao Pós-Modernismo), bem como nos fatores estratégicos (as razões de natureza explícita e implícita que levam os pesquisadores a realizar um determinado tipo de pesquisa) (RICENTO, 2000).

Nessa perspectiva, a política linguística não é mais compreendida como uma intervenção na língua no âmbito de um Estado-nação, mas também está presente em quaisquer níveis que envolvam decisões relacionadas a línguas e suas variedades. Desse modo, essas decisões podem ser realizadas por diferentes agentes como indivíduos, instituições supragovernamentais, por exemplo, em diferentes espaços sociais como na família, em lugares públicos, no ambiente de trabalho... Shohamy (2006, p. 48) acrescenta ainda que “[...] as decisões de PL [política linguística] não estão limitadas às línguas a serem usadas, mas também incluem as decisões sobre gramática, vocabulário, gênero e os estilos apropriados a dados contextos”.<sup>3</sup>

Essa afirmação traz à tona os diferentes tipos de decisões em relação às línguas que têm sido realizadas, a saber: ações relacionadas à estrutura da língua (planejamento de *corpus*) como o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa firmado em 1990, que define algumas mudanças ortográficas para a escrita do português; ações relacionadas ao uso e escolha da língua em uma dada comunidade (planejamento de *status*), como a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dá um novo *status* à Língua Brasileira de Sinais no Brasil; e ações que estão relacionadas à promoção da aprendizagem de uma dada língua (planejamento de aquisição). Este último conceito, elaborado por Cooper em 1989, ampliou ainda mais o escopo da política linguística na medida em que trouxe para a seara da política linguística o campo educacional.

Schiffman (1996), por sua vez, traz uma importante contribuição para o campo da política linguística na medida em que inclui em seu escopo a noção de cultura linguística. Para o autor a política linguística está fundamentada na cultura linguística que corresponde a um conjunto de comportamentos, de crenças, de mitos e de preconceitos sobre as línguas. Nas palavras do autor,

[...] as crenças (pode-se até usar o termo mitos) que uma comunidade de fala tem sobre a língua (e isso inclui o letramento) em geral e sua língua em particular (da qual normalmente derivam suas atitudes para outras línguas) fazem parte das condições sociais que afetam a manutenção e transmissão da sua linguagem<sup>4</sup> (SCHIFFMAN, 1996, p. 5).

Embora na construção teórica elaborada pelo autor as noções de política linguística e cultura linguística estejam imbricadas, essa perspectiva traz a percepção da existência de políticas linguísticas de natureza *overt* e *covert* que denominamos, respectivamente, de políticas explícitas e implícitas. Para Schiffman (1996), as políticas explícitas são formalizadas, explícitas, *de jure*, codificadas e declaradas. Um exemplo desse tipo de política está presente em documentos oficiais que explicitam que uma dada língua é oficial, nacional de um Estado. Já as políticas implícitas são informais, não declaradas, de fato, latentes. Nesse caso, as políticas linguísticas não são afirmadas explicitamente e podem ser observadas nas práticas das comunidades. Schiffman (1996) utiliza como ilustração a política linguística dos Estados Unidos que, por um lado, não declara que há uma língua oficial, mas por outro o inglês se constitui na língua dominante daquele país, seja

<sup>3</sup> No original: “[...] LP decisions are not limited to the languages to be used but also include decision about grammar, vocabulary, genre and the styles appropriate to given contexts.” (SHOHAMY, 2006, p. 48).

<sup>4</sup> No original, “[...] the beliefs (one might even use the term myths) that a speech community has about language (and this includes literacy) in general and its language in particular (from which it usually derives its attitudes towards other languages) are part of the social conditions that affect the maintenance and transmission of its language” (SCHIFFMAN, 1996, p. 5).

porque é utilizada nas escolas, nas faculdades, nos negócios, na administração federal ou local, na mídia. Segundo Schiffman (1996, p. 14), “Estranhos à cultura anglófona dos EUA (por exemplo, francófonos canadenses) veem o inglês como uma força irresistível, uma vibrante, poderosa cultura linguística que domina todas as outras línguas”.<sup>5</sup> Shohamy (2006) destaca que a perspectiva trazida por Schiffman põe em evidência a compreensão de que a análise das políticas linguísticas explícitas expostas em documentos oficiais, por exemplo, explica muito pouco das políticas linguísticas de fato. E a nosso ver, acreditamos que a colocação em confronto desses dois tipos de política linguística possibilita uma compreensão mais abrangente do funcionamento das políticas linguísticas em diferentes comunidades.

Nessa esteira, Spolsky (2004, 2007, 2009, 2012) desenvolve uma noção de política linguística que deixa mais clara a embaçada distinção entre cultura linguística e política linguística. Para o autor, a política linguística é constituída de diferentes dimensões inter-relacionadas que são: as práticas, as crenças e a gestão da língua, fundando, assim, uma visão expandida de política linguística. Em suas palavras,

O primeiro deles são as práticas da língua propriamente ditas dos membros de uma comunidade de fala – que variedade eles usam para cada uma das funções comunicativas que eles reconhecem, que variantes eles usam com vários interlocutores, que regras eles acordam para falar e silenciar, para lidar com tópicos comuns, para expressar ou cancelar identidade. [...]

O segundo componente, formado em grande medida pelo primeiro e confirmando a sua influência, é composto dos valores atribuídos pelos membros de uma comunidade de fala para cada variedade e variante e suas crenças sobre a importância desses valores. [...]

O terceiro componente é o que costumava ser chamado de “planejamento” e que eu prefiro chamar de “gestão”, esforços por parte de alguns membros de uma comunidade de fala que têm ou acreditam que têm autoridade sobre os outros membros para modificar suas práticas de língua, como para forçar ou incentivá-los a usar uma variedade diferente ou mesmo uma variante diferente [...] (SPOLSKY, 2012, p. 5).<sup>6</sup>

Nesse modelo, o componente das práticas se refere à ecologia das línguas e enfoca as línguas que realmente são utilizadas em diferentes comunidades independentemente das políticas linguísticas oficiais e das crenças dos usuários sobre as línguas e variedades, correspondendo ao que Shohamy (2006, p. 52) descreve como “certas línguas são usadas em certos lugares e contextos”.<sup>7</sup> Uma ilustração dessa dimensão é descrita por Albres (2005) ao relatar as políticas linguísticas educacionais realizadas no Brasil na década de 1970 quando o Ministério de Educação e Cultura (MEC) assume como proposta de ensino para os surdos a política do Oralismo, definindo o uso

<sup>5</sup> No original: “Outsiders to US anglophone culture (e.g. francophone Canadians) see English as an irresistible force, a vibrant, powerful linguistic culture that overpowers all other languages” (SCHIFFMAN, 1996, p. 14).

<sup>6</sup> No original: “The first of these is the actual language practices of the members of the speech community – what variety do they use for each of the communicative functions they recognize, what variants do they use with various interlocutors, what rules do they agree for speech and silence, for dealing with common topics, for expressing or concealing identity. [...]The second component, formed in large measure by the first and confirming its influence, is made up of the values assigned by members of a speech community to each variety and variant and their beliefs about the importance of these values. [...]The third component is what used to be called ‘planning’ and what I prefer to call ‘management’, efforts by some members of a speech community who have or believe they have authority over other members to modify their language practice, such as by forcing or encouraging them to use a different variety or even a different variant [...]” (SPOLSKY, 2012, p. 5).

<sup>7</sup> No original: “[...] certain languages are used in certain places in certain places and contexts” (SHOHAMY, 2006, p. 52).

exclusivo da língua oral e escrita, contudo, as práticas de sala de aula revelavam que alunos e professores já realizavam práticas alternativas como o uso de gestos e da língua de sinais.

Já o componente da gestão refere-se aos esforços específicos que são empreendidos por quem se julga na autoridade para manipular o comportamento linguístico dos usuários de uma língua, seja modificando suas crenças, seja modificando suas práticas. Em uma compreensão estrita, esses atos específicos estariam relacionados apenas à gestão do Estado, mas na teoria de Spolsky essa agência é expandida na medida em que inclui indivíduos, organismos supranacionais, grupos ativistas, dentre outros. Uma ilustração dessa dimensão é a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), entidade filantrópica que promove cursos de Libras para a comunidade de ouvintes. Já as ações realizadas pelo Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES) compreendem: produção de material pedagógico, promoção de um curso bilíngue de Pedagogia, promoção de ações culturais como peças de teatro em Libras, e se consolidam como uma política linguística nacional do Estado brasileiro.

Por fim, o terceiro componente se refere às crenças ou ideologias sobre as línguas, variedades e sobre seus usos que estão subjacentes às diferentes políticas linguísticas. Schiffman (1996) apresenta diferentes exemplos de crenças em relação a línguas como o árabe, o japonês e o francês. Uma crença dos falantes nativos de francês é de que eles consideram que a sua língua é universal, pura e apropriada para expressar os valores do humanismo, constituindo-se, portanto, em uma língua de civilização por excelência. Outros exemplos de crenças sobre o português são: “o português do Brasil apresenta uma unidade surpreendente”, “o certo é falar assim porque se escreve assim”, “as pessoas sem instrução falam tudo errado”, dentre outras, conforme bem expõe Bagno (2015).

O modelo de Spolsky tem gerado críticas positivas e negativas entre os autores: a) segundo Albury (2015), a definição tripartite do autor permite um diálogo com diferentes perspectivas teóricas e cita como sugestão de pesquisa que estudiosos do pós-modernismo poderiam investigar como a identidade nacional e a situação sociolinguística podem ser contestadas nas ideologias da língua e nas práticas; por outro lado, o modelo proposto por Spolsky estaria em desacordo com a corrente epistemológica que defende a metáfora da política linguística como uma “cebola” que, por sua vez, enfoca a interação entre agentes, níveis e processos e sua teoria não daria conta da inter-relação entre diferentes camadas de realização das políticas linguísticas; b) segundo Johnson (2013), a noção de política linguística de Spolsky consegue diferenciar o que para Schiffman estava confuso na medida em que a dimensão das crenças e ideologias corresponde a um elemento constitutivo da política linguística; por outro lado, é questionado que não há clareza entre o que pode ser considerado uma prática de linguagem e uma política linguística, ou seja, qual o limite entre um ato de fala (“Não use uma linguagem chula dentro de casa”) e uma política linguística: onde eles se separam?

Ao nosso ver, as críticas negativas relacionadas à proposta teórica engendrada por Spolsky (2004, 2007, 2009, 2012) não são significantes, na medida em que não invalidam seu modelo. Ao contrário, observamos a utilização desse aporte em diferentes pesquisas, inclusive gerando desdobramentos teóricos. Como exemplos, é possível citar a investigação de Bonacina-Pugh (2012) que propõe a utilização da Análise da Conversação como procedimento metodológico para a análise da dimensão das práticas e a de Shohamy (2006) que introduz a noção de “mecanismos de políticas linguísticas” que se situam entre as ideologias e as práticas e que afetam as políticas linguísticas de fato.

Partindo dessa noção ampliada de política linguística, exploraremos nesse artigo a dimensão das crenças com o objetivo de responder a seguinte questão de partida: quais as crenças dos estudantes de Letras sobre a Libras antes e depois de terem cursado o componente curricular de Libras?

## CRENÇAS SOBRE AS LÍNGUAS DE SINAIS: A VOZ DA LITERATURA

Algumas crenças a respeito das línguas de sinais são destacadas na literatura, como é possível observar nos estudos de Quadros e Karnopp (2004) e Gesser (2009). Estas crenças geralmente fazem parte da cultura linguística de uma comunidade, definindo, portanto, aquilo que é denominado como “*status* linguístico das línguas de sinais” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 31). Considerando a discussão dessas crenças e preconceitos, buscamos investigar os efeitos da disciplina de Libras nas crenças dos estudantes de Letras sobre a Libras. Embora observemos que a literatura da área apresenta de forma imbricada ou articulada algumas dessas crenças, exploramos a seguir 07 (sete) crenças separadamente.

Uma delas é de que *a língua de sinais é uma mistura de pantomima e gesticulação concreta e não se constitui em uma língua*. Segundo Quadros e Karnopp (2004), essa crença é proveniente da ideia de que os sinais não se constituem em símbolos arbitrários, ou seja, os sinais seriam uma representação icônica dos referentes. No entanto, essa é uma compreensão que cada vez mais tem sido rebatida por estudiosos das línguas de sinais. Os autores anteriormente citados apresentam diferentes exemplos de pesquisas que demonstram o contrário, como é o caso da investigação realizada com surdos de sete diferentes países e que concluiu que uma língua de sinais não é transparente para falantes monolíngues de outra língua de sinais. Outro exemplo fornecido por Quadros e Karnopp (2004) para rechaçar essa crença é o sinal manual “não” que apresenta um significado diferente na língua de sinais brasileira e na língua de sinais americana.

Relacionada a essa crença está a de que *a Libras deriva da comunicação gestual dos ouvintes* e, da mesma forma que a anterior, é mera ficção. Segundo Gesser (2009), as línguas de sinais têm origens diversas. A língua americana de sinais e a Libras, por exemplo, têm suas origens na língua francesa de sinais. Fundamentando essa compreensão, Quadros e Karnopp (2004) acrescentam que a linguagem estava relacionada à capacidade de falar, daí muitas ações sociais desconsiderarem a possibilidade de uma comunicação de natureza viso-espacial.

Outra crença presente na literatura é de que *as línguas de sinais não conseguem expressar conceitos abstratos*. Essa percepção se fundamenta na compreensão de que a língua de sinais é limitada e simplificada. Dentro dessa mesma percepção, se sustenta a crença de que *não é possível expressar uma linguagem figurada em Libras*. Segundo Gesser (2009, p. 23),

[...] as pessoas que falam as línguas de sinais expressam sentimentos, emoções e quaisquer ideias ou conceitos abstratos. Tal como os falantes de línguas orais, os falantes de línguas de sinais podem discutir filosofia, política, literatura, assuntos cotidianos etc. nessa língua, além de transitar por diversos gêneros discursivos, criar poesias, fazer apresentações acadêmicas, peças teatrais, contar e inventar histórias e piadas, por exemplo.

De igual modo, a crença de que *há uma única e universal língua de sinais usada por todas as pessoas surdas* também se fundamenta no senso comum. Na verdade, as línguas de sinais são diferentes entre os países, tal como as línguas orais. A crença na gesticulação acarreta também o pensamento de que todos os surdos utilizam uma única língua de sinais em todo o mundo. É possível desmistificar essa crença afirmando que, do mesmo modo que as línguas orais apresentam diversidade, a língua de sinais apresenta sinais diversificados para representar os referentes do mundo. A Libras (no Brasil) é diferente da ASL (nos Estados Unidos, a língua americana de sinais) tal como o português difere do inglês, por exemplo. Ainda é possível ilustrar essas diferenças comparando com o exemplo da clara distinção entre a Libras e a Língua Gestual Portuguesa (LGP).

Para Gesser (2009), existe a “tendência a simplificar a riqueza linguística das línguas de sinais” (GESSER, 2009, p. 12). De acordo com a autora, “mesmo que do ponto de vista prático, tal uniformidade fosse desejável, seria possível a existência, nos cinco continentes, de uma língua que, além de única, permanecesse sempre a mesma”? (GESSER, 2009, p. 12). Ainda no que tange ao estabelecimento de diferenças entre as línguas, podemos também ressaltar que a Língua Portuguesa no Brasil apresenta variação, se considerarmos pelo menos o aspecto geográfico. O mesmo paralelo pode ser feito em relação à Língua Brasileira de Sinais. Assim, os sinais atribuídos a um dado objeto podem ser expressos de formas distintas em um mesmo país.

Outra crença comumente existente no senso comum é a de que a *Libras é inferior à Língua Portuguesa*. Essa ideia se fundamenta na compreensão de que a língua de sinais seria um sistema de comunicação superficial e com conteúdo restrito, gerando, portanto, a crença de pobreza lexical e gramatical das línguas de sinais. De acordo com Quadros e Karnopp (2004), a ideia de superficialidade atribuída às línguas de sinais surgiu justamente pela situação de proibição do uso de sinais na sociedade, ou seja, na época em que a política linguística do Oralismo era a perspectiva vigente. Porém, as línguas de sinais “apresentam uma riqueza de expressividade diferente das línguas orais, incorporando tais elementos na estrutura dos sinais através de relações espaciais, estabelecidas pelo movimento ou outros recursos linguísticos” (QUADROS; KARNOPP, 2004, p. 35). Nesse sentido, temos que o sistema comunicativo dos surdos tão somente apresenta características distintas e que foram (e são) moldadas conforme as transformações e necessidades desse grupo, não apresentando nada de inferior às línguas orais.

Essa crença também pode se fundamentar na percepção de que há uma falha na organização gramatical das línguas de sinais, o que leva à compreensão de que os sinais são dependentes da estrutura gramatical das línguas faladas. Dessa forma, é disseminada a ideia de que as línguas de sinais são inferiores. De acordo com Quadros e Karnopp (2004), essa visão é proveniente da confusão criada em torno da soletração manual (a datilologia), de modo que gramática não existiria e apenas a representação de letra por letra seria a forma de estabelecer comunicação. No entanto, existe uma gramática própria das línguas de sinais, que, portanto, constitui um sistema linguístico independente. De acordo com Gesser (2009), as pesquisas convergem e indicam, inclusive, que as línguas de sinais apresentam todos os níveis linguísticos de uma língua natural da mesma forma que as línguas orais.

Por fim, temos a crença de que *a língua de sinais é o alfabeto manual*. No Brasil, por exemplo, existe a prática da confecção de versões de bolso do alfabeto manual que são vendidas ou distribuídas gratuitamente para a população em geral e essa prática pode reforçar essa crença. Nesse sentido, sem um maior conhecimento prévio, é fácil associar a Libras (no caso do Brasil) a este alfabeto. A soletração manual ou datilologia é tão somente utilizada pelos surdos em situações particulares, quando ainda não foi definido um sinal ou ainda quando os interlocutores desejam soletrar nomes próprios de pessoas e lugares. A partir das interações entre os surdos, eventuais palavras que necessitam temporariamente de soletração logo são substituídas por sinais que são criados a partir do acordo na comunidade linguística. Segundo Gesser (2009, p. 29), “Acreditar que a língua de sinais é o alfabeto manual é fixar-se na ideia de que a língua de sinais é limitada, já que a única forma de expressão comunicativa seria uma adaptação das letras realizadas manualmente, convencionadas e representadas a partir da língua oral”.

Essas são algumas das crenças destacadas na literatura que podem constituir a cultura linguística de diferentes comunidades linguísticas sobre as línguas de sinais. Há outras, tais como: a língua de sinais é ágrafa, a língua de sinais é um código secreto dos surdos, a Libras “falada” no Brasil apresenta uma unidade, dentre outras. Seleccionamos 07 (sete) dessas crenças para investigar junto aos alunos do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba.



## CRENÇAS SOBRE AS LÍNGUAS DE SINAIS: AS VOZES DOS ESTUDANTES DO CURSO DE LETRAS

Esta seção do artigo está dividida em duas partes: na primeira, descrevemos sucintamente o instrumento de coleta de dados, o universo da amostra e o tratamento dos dados; na segunda parte, realizamos a análise dos dados com base nas crenças selecionadas na literatura e que foram anteriormente expostas.

### ASPECTOS METODOLÓGICOS

Na elaboração do instrumento de coleta de dados, consideramos a abordagem de Quadros e Karnopp (2004) e Gesser (2009) sobre as crenças existentes em torno das línguas de sinais. Mais precisamente, trabalhamos com sete crenças que comumente são percebidas na sociedade: a) a Libras não consegue expressar conceitos abstratos; b) a Libras é um sistema de comunicação com gestos e não se constitui em uma língua; c) há uma língua de sinais que é universal; d) a Libras é inferior à Língua Portuguesa; e) não é possível expressar uma linguagem figurada em Libras; f) a Libras deriva da comunicação gestual dos ouvintes; g) a língua de sinais é o alfabeto manual.

Para cada uma destas crenças, foram elaboradas quatro afirmações com a mesma natureza semântica, como: a língua de sinais é universal e é a mesma utilizada por todos os surdos no mundo; há apenas uma língua de sinais universal que é usada pelos surdos; os surdos brasileiros, americanos e franceses utilizam uma mesma língua de sinais; e, todas as pessoas surdas utilizam uma mesma língua para se comunicar. Ressaltamos que a opção pelo número de 4 (quatro) itens justifica-se pelo fato de que há maiores chances de eliminar as respostas “aleatórias”. Desta forma, o discente analisou um total de 28 (vinte e oito) afirmações.

Com a elaboração do instrumento de coleta de dados finalizada, sequencialmente foi aplicado o questionário junto aos alunos do curso de Licenciatura em Letras da Universidade Federal da Paraíba, durante os anos de 2014 e 2016. Selecionamos tanto turmas que ainda não tinham realizado a disciplina Língua Brasileira de Sinais quanto aquelas que já tinham cursado este componente curricular, a fim de avaliarmos os efeitos da disciplina na mudança das crenças dos informantes.

A coleta de dados realizada contou com a participação de 266 informantes. Do total dos informantes pesquisados, 189 são do sexo feminino e 77 do sexo masculino, correspondendo respectivamente a 71,05% e 28,94%. O total de informantes foi dividido respectivamente em 50% dos alunos que não cursaram o componente curricular Língua Brasileira de Sinais (133 informantes) e 50% dos alunos que já cursaram a disciplina (133 informantes).

Na pesquisa, foram contempladas turmas de todos os semestres letivos do curso, sendo mais de 60% concentrados entre o quarto e o sexto período, como é possível verificar na Tabela 1.

Nossa hipótese é de que as crenças do senso comum sobre a Libras seriam modificadas após a realização da disciplina Língua Brasileira de Sinais. A seguir, ilustramos nossas expectativas em relação às afirmações que elaboramos para cada uma das 07 (sete) crenças selecionadas.

Tabela 1 – Semestre letivo dos informantes da pesquisa

Semestre	Frequência	Porcentagem
1º	23	8,65
2º	18	6,77
3º	20	7,52
4º	53	19,92
5º	67	25,19
6º	43	16,17
7º	14	5,26
8º	22	8,27
9º	04	1,50
10º	02	0,75
<b>Total</b>	<b>266</b>	<b>100</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

Quadro 1 – Expectativas das crenças dos estudantes após terem cursado Libras

Crenças	Expectativas
A Libras consegue expressar conceitos abstratos	Quanto <b>maior a concordância</b> dos estudantes a esse tipo de afirmação <b>menor a presença da crença do senso comum</b> de que a Libras só expressa conceitos concretos.
A Libras é um sistema de comunicação com gestos e não se constitui em uma língua	Quanto <b>maior a discordância</b> dos estudantes a esse tipo de afirmação <b>menor a presença da crença do senso comum.</b>
Há uma língua de sinais que é universal	Quanto <b>maior a discordância</b> dos estudantes a esse tipo de afirmação <b>menor a presença da crença do senso comum.</b>
A Libras é inferior à Língua Portuguesa	Quanto <b>maior a discordância</b> dos estudantes a esse tipo de afirmação <b>menor a presença da crença do senso comum.</b>
Não é possível expressar uma linguagem figurada em Libras	Quanto <b>maior a discordância</b> dos estudantes a esse tipo de afirmação <b>menor a presença da crença do senso comum.</b>
A Libras deriva da comunicação gestual dos ouvintes	Quanto <b>maior a discordância</b> dos estudantes a esse tipo de afirmação <b>menor a presença da crença do senso comum.</b>
A língua de sinais é o alfabeto manual	Quanto <b>maior a discordância</b> dos estudantes a esse tipo de afirmação <b>menor a presença da crença do senso comum.</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

Excetuando-se as expectativas em torno da crença número 01, em que quanto mais próximo o nível de concordância, ou seja, com média tendendo para 2,00, menor a presença da crença, as demais crenças de número 02 a número 07 seguem a premissa de que quanto maior o nível de discordância, com média tendendo para 1,00, menor a presença da crença. Para uma melhor compreensão, estabelecemos as seguintes divisões:

- 1,00 a 1,29 – **Fraco** – A permanência da crença é fraca em virtude da maior discordância em relação às afirmações;
- 1,30 a 1,69 – **Intermediário** – A permanência da crença é encarada como intermediária em virtude de uma discordância mediana em relação às afirmações;
- 1,70 a 2,00 – **Forte** – A permanência da crença é forte, dada a ampla proximidade em concordar com as crenças que foram abordadas no questionário.

Com a finalidade de mensurar a presença ou ausência das crenças do senso comum, utilizamos a estatística descritiva, considerando a análise de dispersão dos dados coletados. Utilizamos o *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) para viabilizar a extração dos resultados dos dados coletados. Sequencialmente, selecionamos a amostra dos dados, correspondendo aos 266 informantes, e observamos a consistência dos dados apresentados, corrigindo aquilo que denominamos como *missing values* ou valores perdidos, de modo a homogeneizar a amostra. Posteriormente, realizamos a análise estatística, com a observação da média e do desvio-padrão.

## ANÁLISE DOS DADOS

Após o processamento dos dados no *software SPSS*, buscamos responder à seguinte pergunta de pesquisa: quais as crenças dos estudantes de Letras sobre a Libras antes e depois de terem cursado a disciplina de Libras? Esse resultado está ilustrado na Tabela 2.

Adotamos a análise da média como uma forma de investigar as crenças dos alunos do curso de licenciatura em Letras antes da realização da disciplina e também o impacto posteriormente à sua realização. Neste sentido, o uso da média é considerado uma medida pertinente a esta análise por ser esta uma forma de valor no qual mais se concentram os dados de uma distribuição amos-

tral. Sendo assim, apresenta um valor significativo diante da pesquisa realizada, sendo a sua análise indispensável.

No que diz respeito à análise em torno das médias das crenças investigadas, constatamos que para seis das sete crenças a realização da disciplina foi fundamental para a redução e/ou enfraquecimento acerca das afirmações apresentadas. Duas delas apresentaram particularidades. A crença de que *A Libras não consegue expressar conceitos abstratos* apresentou média igual (1,79) no grupo de alunos que cursaram e dos que não cursaram a disciplina. Outra crença que apresenta uma particularidade é *A língua de sinais é o alfabeto manual*. Apesar de ela indicar uma redução e consequentemente uma possível aproximação com a média esperada (1,00), destacamos que os valores apresentados pelo grupo dos alunos que não tinha cursado a disciplina (1,76) e pelo grupo dos que já tinham realizado a disciplina (1,55) estão em uma posição intermediária e de aproximação com a média (2,00) que, por sua vez, é contrária à expectativa de redução da crença. Isso significa que os alunos investigados têm uma forte opinião de que a língua de sinais representa o alfabeto manual, mesmo entre aqueles que realizaram a disciplina. A tabela a seguir detalha de forma melhor a explanação apresentada.

Tabela 2 – Médias obtidas de cada crença resultante do conjunto das afirmações associadas

Crenças analisadas	Não cursaram	Cursaram
A Libras não consegue expressar conceitos abstratos	1,79	1,79
A Libras é um sistema de comunicação com gestos e não se constitui uma língua	1,06	1,03
Há uma língua de sinais que é universal	1,36	1,15
A Libras é inferior à Língua Portuguesa	1,31	1,27
Não é possível expressar uma linguagem figurada em Libras	1,15	1,10
A Libras deriva da comunicação gestual dos ouvintes	1,34	1,24
A língua de sinais é o alfabeto manual	1,76	1,55

Fonte: Elaborada pelo autor.

Além do resultado averiguado através da média, outra medida de análise que pode ser considerada é o desvio-padrão. Esta medida indica o quão próximo ou distante da média estão os valores de uma determinada amostra. Um desvio-padrão alto, indica que os dados da amostra estão espalhados e/ou distantes da média. Por outro lado, um baixo desvio-padrão indica que os dados da amostra tendem a estar próximos da média.

Analisando os desvios dos dados coletados e tabulados, entre as afirmações relacionadas para cada crença, constatamos que entre as sete assertivas analisadas, cinco apresentaram um resultado de desvio indicativo de proximidade em torno da média esperada, sobretudo, ao compararmos os desvios das médias dos grupos de alunos antes e depois da realização da disciplina de Libras. Ou seja, observamos um indício de proximidade em torno das médias esperadas. Por outro lado, especialmente para duas crenças analisadas - *A Libras é um sistema de comunicação com gestos e não se constitui uma língua* e *A língua de sinais é o alfabeto manual* -, temos um resultado diferenciado, dado que o valor apresentado pelos desvios após a realização da disciplina indica que as opiniões acerca das duas crenças apresentaram-se divididas. Novamente, está reforçada a crença dos alunos sobre as línguas de sinais representadas pelo alfabeto manual, tal como já havíamos indicado na análise das médias apresentadas. Na sequência, a Tabela 3 sintetiza a análise realizada.

Tabela 3 – Desvio-padrão obtido a partir do resultado da média de cada crença

Crenças	Não cursaram	Cursaram
A Libras não consegue expressar conceitos abstratos	0,38	0,33
A Libras é um sistema de comunicação com gestos e não se constitui uma língua	0,24	0,34
Há uma língua de sinais que é universal	0,47	0,35
A Libras é inferior à Língua Portuguesa	0,45	0,42
Não é possível expressar uma linguagem figurada em Libras	0,33	0,29
A Libras deriva da comunicação gestual dos ouvintes	0,47	0,41
A língua de sinais é o alfabeto manual	0,42	0,50

Fonte: Elaborada pelo autor.

De forma detalhada optamos por demonstrar o resultado ampliado desta análise através dos percentuais individualizados de cada afirmação relacionada às sete crenças investigadas. Sendo assim, será possível observar como chegamos aos dados apresentados pelas médias e desvios-padrão resultantes da análise. Podemos, portanto, ter uma visão ampliada a respeito das opiniões dos alunos acerca das crenças analisadas no questionário.

Analisando os dados coletados, para a crença n.º 01 – *A Libras não consegue expressar conceitos abstratos* –, lembrando que nesta crença quanto mais representativa fosse a concordância dos discentes, menor o nível de crença, temos que tanto antes quanto depois da realização da disciplina, os dados revelaram que a crença dos alunos acerca desta afirmação é considerada fraca. Entretanto, percebemos em duas afirmações *A Libras é uma forma de comunicação capaz de expressar bem conceitos abstratos* (23,3%/26,3%) e *Com a Libras é possível discutir bem Matemática e Física* (31,6%/34,6%), por exemplo, que o percentual em torno da discordância cresceu e conseqüentemente, nestas duas afirmações, a presença da crença foi mais forte, ainda que o panorama geral tenha revelado que a crença tenha diminuído conforme está ilustrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Crença nº 1 - A Libras não consegue expressar conceitos abstratos

	Não cursaram (%)		Cursaram (%)	
	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo
A Libras é capaz de expressar sentimentos como amor, paz e fé.	5,3	94,7	0,0	100,0
<b>A Libras é uma forma de comunicação capaz de expressar bem conceitos abstratos.</b>	<b>23,3</b>	<b>76,7</b>	<b>26,3</b>	<b>73,7</b>
<b>Com a Libras é possível discutir bem Matemática e Física, por exemplo</b>	<b>31,6</b>	<b>68,4</b>	<b>34,6</b>	<b>65,4</b>
A Libras é capaz de expressar ideias científicas complexas.	24,8	75,2	23,3	76,7
<b>% Médio</b>	<b>21,25</b>	<b>78,75</b>	<b>21,05</b>	<b>78,95</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

De modo igual, lembramos que, para as crenças n.º 02 a n.º 07 é esperado que a discordância com relação às afirmações seja maior, e, sendo assim, conseqüentemente o nível de crença apresentado seja menor após a realização da disciplina. Neste sentido, analisando os percentuais em torno da crença n.º 02 – *A Libras é um sistema de comunicação com gestos e não se constitui uma língua* – foi perceptível a força da discordância na opinião dos alunos para todas as afirmações associadas, indicando que a crença analisada é fraca tanto antes quanto depois da realização da disciplina. É possível observar também que o nível de força da crença é ainda menor após a realização da disciplina de Libras, conforme está ilustrado na Tabela 5.

Tabela 5 – Crença nº 2 - A Libras é um sistema de comunicação com gestos e não se constitui uma língua

	Não cursaram (%)		Cursaram (%)	
	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo
A Libras é um sistema de comunicação com gestos que não chega a se constituir uma língua.	90,2	9,8	95,5	4,5
A Libras é apenas uma mistura de mímica com gestos amplificados e não é uma língua.	94,0	6,0	97,7	2,3
A Libras é apenas um apanhado de gestos e não tem a organização de uma língua.	95,5	4,5	98,5	1,5
A Libras é apenas mímica, portanto, não é uma língua.	96,2	3,8	99,2	0,8
<b>% Médio</b>	<b>93,975</b>	<b>6,025</b>	<b>97,725</b>	<b>2,275</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

Analisando a crença n.º 03 – *Há uma língua de sinais que é universal* – podemos observar duas situações distintas. Antes da realização da disciplina, uma das afirmações associadas a esta crença apresentou tanto concordância quanto discordância. Assim, a força da crença de que existia uma mesma língua de sinais em todas as nações estava bem demarcada na opinião dos alunos, sobretudo, na afirmação *A língua de sinais é universal e é a mesma utilizada por todos os surdos no mundo* (49,6%/50,4%) indicando uma divisão de opiniões. Entretanto, a realização da disciplina mostrou que a presença dessa crença foi consideravelmente reduzida, conforme os percentuais apresentados para todas as afirmações, como podemos visualizar na tabela a seguir.

Tabela 6 – Crença nº 3 – Há uma língua de sinais que é universal

	Não cursaram (%)		Cursaram (%)	
	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo
<b>A língua de sinais é universal e é a mesma utilizada por todos os surdos no mundo.</b>	<b>49,6</b>	<b>50,4</b>	82,7	17,3
Há apenas uma língua de sinais universal que é usada pelos surdos.	71,4	28,6	90,2	9,8
Todas as pessoas surdas utilizam uma mesma língua para se comunicar.	67,7	32,3	79,7	20,3
Os surdos brasileiros, americanos e franceses utilizam uma mesma língua de sinais.	66,9	33,1	88,0	12,0
<b>% Médio</b>	<b>63,9</b>	<b>36,1</b>	<b>85,15</b>	<b>14,85</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

A análise dos percentuais em torno da crença n.º 04 – *A Libras é inferior à Língua Portuguesa* – revela um equilíbrio de opiniões. Considerando a opinião do grupo de alunos antes de cursar a disciplina, em três afirmativas associadas observamos a presença da crença, de modo especial na afirmação *Penso que a Libras é um reflexo da Língua Portuguesa em termos de léxico* (54,1%/45,9%), mostrando que, antes da realização da disciplina, parte dos alunos tinha a concepção de que o léxico da Língua Brasileira de Sinais seria derivado da Língua Portuguesa. Apesar dessa discordância prevalecer de um modo geral, observamos de modo pormenorizado que em uma das afirmações, *A gramática da Libras é falha, pois é subordinada à Língua Portuguesa* (88,0%/86,5%) mesmo após a realização da disciplina, o nível de opiniões em torno da discordância diminuiu, e, portanto, para esta afirmativa, a crença se mostrou mais forte mesmo depois de os alunos passarem pela disciplina. A Tabela 7 apresenta melhor detalhamento a respeito.

Tabela 7 – Crença nº 4 - A Libras é inferior à Língua Portuguesa

	Não cursaram (%)		Cursaram (%)	
	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo
<b>A gramática da Libras é falha, pois é subordinada à Língua Portuguesa.</b>	<b>88,0</b>	<b>12,0</b>	<b>86,5</b>	<b>13,5</b>
Acho que a Libras é subordinada ao português brasileiro.	67,7	32,3	83,5	16,5
Acredito que a Libras é um reflexo da Língua Portuguesa em termos de estrutura gramatical.	65,4	34,6	66,9	33,1
<b>Penso que a Libras é um reflexo da Língua Portuguesa em termos de léxico.</b>	<b>54,1</b>	<b>45,9</b>	<b>54,9</b>	<b>45,1</b>
<b>% Médio</b>	<b>68,8</b>	<b>31,2</b>	<b>72,95</b>	<b>27,05</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

Na análise da crença n.º 05 – *Não é possível expressar uma linguagem figurada em Libras* – o nível de discordância dos alunos em torno das afirmações indica que a crença antes e depois da realização da disciplina é fraca. Apesar disso, observando duas afirmações de modo especial, *Piadas e trocadilhos não são possíveis de serem expressos na Libras* (91,0%/90,2%) e *Não é possível utilizar uma linguagem figurada na Libras* (88,7%/86,5%), indicaram que o nível de discordância foi ligeiramente reduzido, mostrando que, depois da realização da disciplina, foi maior o número de pessoas que assinalaram a opção *concordo*. Os dados referentes a esta crença estão evidenciados na Tabela 8.

Tabela 8 – Crença nº 5 – Não é possível expressar uma linguagem figurada em Libras

	Não cursaram (%)		Cursaram (%)	
	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo
A Libras não tem a mesma expressividade das línguas orais.	67,7	32,3	85,0	15,0
<b>Piadas e trocadilhos não são possíveis de serem expressos na Libras.</b>	<b>91,0</b>	<b>9,0</b>	<b>90,2</b>	<b>9,8</b>
Não é possível fazer poesia em Libras.	94,0	6,0	97,7	2,3
<b>Não é possível utilizar uma linguagem figurada na Libras.</b>	<b>88,7</b>	<b>11,3</b>	<b>86,5</b>	<b>13,5</b>
<b>% Médio</b>	<b>85,35</b>	<b>14,65</b>	<b>89,85</b>	<b>10,15</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

Observando o grupo de afirmações acerca da crença n.º 06 – *A Libras deriva da comunicação gestual dos ouvintes* – observamos que antes da realização da disciplina havia um equilíbrio das opiniões em torno de duas afirmativas *A Libras deriva da comunicação gestual espontânea dos ouvintes* (57,1%/42,9%); *A Libras é proveniente dos gestos produzidos pelos ouvintes durante a fala espontânea* (55,6%/44,4%). No entanto, a realização da disciplina contribuiu para que a crença fosse reduzida de modo significativo, conforme podemos ver pela Tabela 9 a seguir:

Tabela 9 – Crença nº 6 – A Libras deriva da comunicação gestual dos ouvintes

	Não cursaram (%)		Cursaram (%)	
	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo
A Libras é oriunda dos gestos intuitivos utilizados no dia a dia dos falantes de português.	68,4	31,6	74,4	25,6
<b>A Libras deriva da comunicação gestual espontânea dos ouvintes.</b>	<b>57,1</b>	<b>42,9</b>	<b>68,4</b>	<b>31,6</b>

Os sinais usados na Libras são apenas uma derivação dos gestos dos ouvintes.	81,2	18,8	93,2	6,8
<b>A Libras é proveniente dos gestos produzidos pelos ouvintes durante a fala espontânea.</b>	<b>55,6</b>	<b>44,4</b>	<b>69,9</b>	<b>30,1</b>
<b>% Médio</b>	<b>65,58</b>	<b>34,43</b>	<b>76,48</b>	<b>23,53</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

De modo distinto da análise em torno das crenças de n.º 02 a n.º 06, observamos que a crença n.º 07 – *A língua de sinais é o alfabeto manual* – antes e depois da realização da disciplina de Libras em três das quatro afirmações o nível de concordância foi superior ao nível de discordância o que indica que esse resultado é contrário às nossas expectativas, pois esperávamos que o nível de discordância fosse maior em todas as afirmações associadas a essa crença. Nesse sentido, persiste a visão de que as línguas de sinais são representadas pelo alfabeto manual, exceto pela afirmativa *A língua de sinais é uma adaptação das letras realizada manualmente* em que o nível de discordância foi maior (60,2%/ 39,8%). Em suma, após a realização da disciplina de Libras houve uma redução no nível da crença, contudo ela ainda é considerada significativa. A Tabela 10 sintetiza esta análise:

Tabela 10 – Crença nº 7 – A língua de sinais é o alfabeto manual

	Não cursaram (%)		Cursaram (%)	
	Discordo	Concordo	Discordo	Concordo
A língua de sinais funciona como um alfabeto manual.	16,5	83,5	37,6	62,4
A língua de sinais é o alfabeto manual, recurso utilizado por usuários das línguas de sinais.	20,3	79,7	42,1	57,9
<b>A língua de sinais é uma adaptação das letras, realizada manualmente.</b>	<b>34,6</b>	<b>65,4</b>	<b>60,2</b>	<b>39,8</b>
As línguas de sinais são representadas pelo alfabeto manual.	26,3	73,7	42,1	57,9
<b>% Médio</b>	<b>24,43</b>	<b>75,58</b>	<b>45,50</b>	<b>54,50</b>

Fonte: Elaborada pelo autor.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo de investigar os efeitos da disciplina de Libras nas crenças dos estudantes de Letras sobre as línguas de sinais, selecionamos a noção ampliada de política linguística de Spolsky (2004, 2007, 2009, 2012), visto que esta perspectiva teórica nos permitiu investigar a valoração da Libras e desta em relação à língua portuguesa. Em seguida, apresentamos uma descrição das principais crenças sobre as línguas de sinais presentes na literatura sobre o assunto. Para atingirmos o objetivo proposto, realizamos uma pesquisa de natureza quantitativa (*survey*) com estudantes do curso de Letras da Universidade Federal da Paraíba e analisamos os dados utilizando o *software* SPSS.

Os resultados indicaram que as crenças dos estudantes de Letras sobre a Libras são relativamente baixas. As médias em geral revelaram que, após a realização da disciplina de Libras, o nível da crença diminuiu, o que foi confirmado pelo desvio-padrão analisado na sequência. No entanto, a crença de que *A língua de sinais é o alfabeto manual* ainda é significativa para os alunos. Com a finalidade de estabelecer um melhor detalhamento sobre a análise realizada, evidenciamos os percentuais individualizados para cada grupo de afirmativas associadas a cada crença. Os re-

sultados indicam redução significativa das crenças *A Libras é um sistema de comunicação com gestos e não se constitui uma língua* e *Há uma língua de sinais que é universal*, conforme os dados levantados junto aos alunos que já tinham cursado a disciplina. Outro importante destaque na análise percentual indicou novamente que a crença *A língua de sinais é o alfabeto manual* apresenta força mesmo após a realização da disciplina, corroborando com as análises apresentadas para a média e para o desvio-padrão. Em três das quatro afirmativas associadas à crença, é possível notar a manutenção das crenças do senso comum. Esses resultados em geral sugerem a realização de novas pesquisas, tais como: a comparação das crenças dos estudantes de Letras com estudantes de outras licenciaturas, bem como o uso da técnica da observação não participante a fim de investigar as práticas do professor de Libras e a conexão com a modificação das crenças dos alunos.

A realização deste trabalho também nos permitiu refletir sobre o papel de uma política linguística oficial específica, o Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e institui a Libras como disciplina obrigatória no currículo nos cursos de formação de professores, no Ensino Médio e Ensino Superior, no curso de Fonoaudiologia e ainda como disciplina optativa nos demais cursos, na mudança do comportamento linguístico dos estudantes, seja nas suas crenças. A promulgação desse decreto mudou o *status* da Libras na sociedade brasileira e a implementação da disciplina vem modificando o conjunto de crenças de seus destinatários (alunos de graduação), embora esperássemos um efeito mais abrangente.

Outro aspecto que consideramos relevante a partir da realização dessa pesquisa é refletir sobre o papel do professor de Libras como um agente de política linguística (MENKEN; GARCÍA, 2010). Isso porque o decreto não define o conteúdo da disciplina de Libras nem a carga horária, apenas indica sua obrigatoriedade, estando no arbítrio dos professores de Libras indicar o conteúdo e a metodologia que deverão ser explorados nesse componente curricular, bem como a definição dos objetivos da disciplina. Nessa perspectiva, consideramos que este trabalho pode servir como referência para esses profissionais a fim de os levarem a refletir sobre o papel da disciplina de Libras na desmitificação de preconceitos sobre as línguas de sinais e na reflexão sobre que práticas pedagógicas possam favorecer a mudança das crenças dos estudantes. Outrossim, acreditamos que ampliamos a discussão sobre as crenças em relação às línguas de sinais na medida em que apresentamos uma discussão fundamentada em dados empíricos, ou seja, a literatura lista um conjunto de crenças sobre as línguas de sinais que pôde ser testado em uma dada comunidade linguística, destacando a força ou não dessas crenças.

## BIBLIOGRAFIA

ALBRES, N. A. *A educação de alunos surdos no Brasil do final da década de 1970 a 2005: análise dos documentos referenciadores*. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2005.

ALBURY, N. J. National language policy theory: exploring spolsky's model in the case of Iceland. *Language Policy*, Springer, v. 14, p. 1-18, 2015.

BAGNO, M. *Preconceito linguístico*. 56. ed. rev. ampl. São Paulo: Parábola, 2015.

BONACINA-PUGH, F. Researching practiced language policies: insights from conversation analysis. *Language Policy*, p. 213-234, 2012.

BATTERBURY, S. C. E. Language justice for Sign language peoples: the UN convention on the rights of persons with disabilities. *Language Policy*, v. 11, p. 253-272, 2012.



BRANSON, J.; MILLER, D. In: MAY, S.; HORNBERGER, N. H. (Org.). *Language policy and political issues in education*. 2. ed. New York: Springer, 2008.

CAVALCANTE, E. B. *A institucionalização da língua brasileira de sinais no currículo escolar: a experiência da Secretaria Municipal de Educação de Castanhal-Pa*. 2010. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

COOPER, R. L. *Language planning and social change*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

FISHMAN, J. A. *Do not leave your language alone: the hidden status agendas within corpus planning in language policy*. London: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2006.

FREITAS, H. et al. O método de pesquisa survey. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 105-112, jul./set., 2000.

GESSER, A. *LIBRAS?: que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda*. São Paulo: Parábola, 2009.

JERNUDD, B.; NEKVAPIL, J. History of the field: a sketch. In: SPOLSKY, B. (Org.). *The cambridge handbook of language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 16-36.

JOHNSON, D. C. *Language policy*. New York: Palgrave Macmilliam, 2013.

JOHNSON, D. C.; RICENTO, T. Conceptual and theoretical perspectives in language planning and policy: situating the ethnography of language policy. *De Gruyter Mouton*, n. 219, p. 7-21, 2013.

LEITE, T. A. *A segmentação da língua de sinais brasileira (Libras): um estudo lingüístico descritivo a partir da conversação espontânea entre surdos*. 2008. 280 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MENKEN, K.; GARCÍA, O. (Org.). *Negotiating language policies in schools: educators as policymakers*. New York: Routledge, 2010.

PATERNIO, U. *A política linguística da rede estadual de ensino de Santa Catarina em relação à educação de surdos*. 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PATERNIO, U. *Língua de sinais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: proposta de planificação linguística*. 2009, 48 f. Monografia (Especialização) – Departamento de Pesquisa e Pós-Graduação do Curso de Especialização em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

PIZZIO, A. L. *A variabilidade da ordem das palavras na aquisição da língua de sinais brasileira: construções com tópico e foco*. 2006, 114 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

QUADROS, R. M. Políticas linguísticas e educação de surdos em Santa Catarina: espaço de negociações. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 26, n. 69, p. 141-162, 2006.

QUADROS, R. M. Políticas linguísticas e educação de surdos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL/SEMINÁRIO NACIONAL DO INES, 5., 11., 2007, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: INES, 2007. v. 1. p. 94-102.

- QUADROS, R. M. Políticas linguísticas e bilinguismo na educação de surdos brasileiros. In: Carvalho, A. M. (Org.). *Linguística luso-brasileira*. Madrid: Iberoamericana Editorial Vervuert, 2009. v. 2, p. 215-235.
- QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- QUADROS, R. M.; PATERNO, U. Políticas linguísticas: o impacto do decreto 5626 para os surdos brasileiros. *Espaço (INES)*, v. 1, p. 19-25, 2007.
- REAGAN, T. Language policy and sign languages. In: RICENTO, T. (Org.). *Language policy: theory and method*. USA: Blackwell Publishing, 2006.
- REAGAN, T. *Language policy and planning for sign languages*. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2010.
- REAGAN, T.; PENN, C.; OGILVY, D. From policy to practice: sign language developments in post-apartheid South Africa. *Language Policy*, Springer, v. 5, p. 187-208, 2006.
- RICENTO, T. Historical and theoretical perspectives in language policy and planning. *Journal of Sociolinguistics*, v. 4, n. 2, p. 196-213, 2000.
- RODRIGUES, I. C. Educação de surdos e questões de política linguística. In: Fórum Internacional de Análise do Discurso, 2., 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2010, p. 1266-1271.
- SCHIFFMAN, H. F. *Linguistic culture and language policy*. London/New York: Routledge, 1996.
- SHOHAMY, E. *Language policy: hidden agendas and new approaches*. London: Routledge, 2006.
- SPOLSKY, B. *Language policy: key topics in Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- SPOLSKY, B. Towards a theory of language policy. *Working papers in educational linguistics*. v. 22, n. 1, p. 1-14, 2007.
- SPOLSKY, B. *Language Management*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- SPOLSKY, B. What is language policy? In: SPOLSKY, B. (Org.). *The cambridge handbook of language policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 3-15.
- WILCOX, S. E.; KRAUSNEKER, V.; ARMSTRONG, D. F. Language policy and the deaf community. In: SPOLSKY, B. (Org.). *The cambridge handbook of language Policy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 374-395.